

limiares

thiago rodrigues *

o que não entorna, se conforma.

arnaldo antunes

I

O período demarcado historicamente entre anos 1945 e 1989 foi profícuo na construção de imagens. O mundo passara a ter dois pólos de magnetismos opostos: ‘Leste’ e ‘Oeste’ se personificaram em antagonistas de uma guerra global nunca deflagrada; ‘fria’ às lentes das Relações Internacionais, vívida para alvos macartistas, recrutas soviéticos no sudoeste asiático, soldados norte-americanos no sudeste asiático. Alegorias em conflito, as ideologias, virulentas em suas semelhanças, forneceram vagueios de orientação para crentes em luta. No choque de metáforas, o muro que cindiu a ex-capital nazista, em princípios dos anos sessenta, assume a carga de prova imagética da nova ordem planetária. Algumas quadras berlinenses rasgadas por uma armação de concreto encerravam a representação da humanidade cindida. Quando as lascas do muro vêm

* Poeta, mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e pesquisador do Nu-Sol.

ao chão, em meio à festa da reconciliação fraternal alemã, o signo da fissão entre comunistas e capitalistas é substituído por um novo arsenal de retratos e prefigurações: a Europa Unida, a Liberdade libertada, o apaziguamento com o Próximo.

A escolha de iguais, toleráveis em aparências e aspirações, pressupõe, contudo, a produção ininterrupta de alteridades. A aceitação utópica do 'mesmo' não prescinde da rejeição contundente do 'outro'. As fronteiras, limiares conformadores do Estado Moderno, não se dissolvem, mas se atualizam em novas barreiras, 'virtualizadas' muitas vezes em rastreamentos eletrônicos, mas sempre rígidas em sua existência. Dos metros do Muro de Berlim que se multiplicavam nas milhas metafóricas do mundo bipolar, cancelas concretas se interpõem ao trânsito livre de indesejados. Dentre tais obstáculos, um outro muro se posta não entre alvos germânicos, mas entre mexicanos, de um lado, e a *promised land* estadunidense, do outro.

Centenas de quilômetros na fronteira entre México e Estados Unidos foram convertidos nos últimos anos numa faixa de bloqueio. Placas de concreto, arame farpado, chapas de metal e um implacável deserto se colocam como desestímulo àqueles que intentam avançar rumo ao norte. Em adição, há o trabalho da guarda de fronteira norte-americana que sobre-vigia as passagens permitidas e rastreia, com todo aparato tecnológico criado para desvelar a astúcia clandestina. Se o pretendente a imigrante ilegal lograr iludir os guardas federais e resistir aos coiotes, ao frio extremo da noite e ao calor insuportável do dia no deserto, ele ainda há de superar os novos *rangers texanos*, cujo esporte preferido parece ser caçar latinos pelas rochas e vazios da fronteira, fazendo uso das mesmas armas, rádios, localizadores e equipamentos de visão noturna utilizados pela polícia estadunidense nas bordas do México e pelas forças armadas norte-americanas

alhures. A caça é, declaradamente, apenas de ‘captura’; sendo, os *ilegales*, supostamente entregues às autoridades para repatriação.

Às vezes, mexicanos ludibriam todos empecilhos à sua entrada nos EUA, se ocultando nos fluxos permitidos entre os dois países. A descoberta recente de imigrantes ilegais sufocados num *container*, sugere que muitos já foram exitosos em furar os bloqueios se imiscuindo entre, ou fingindo ser, mercadorias. Estas sim podem circular com certa tranqüilidade liberal desde que o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) entrou em vigor, em 1994, abrindo as portas para que produtos e capital transitem entre os acordantes Canadá, EUA e México. Como uma zona de livre comércio que é, o NAFTA destina-se à liberalização das trocas comerciais e das transações financeiras, vedando o ir-e-vir de pessoas. Principalmente, mexicanos. E não se trata de insurretos indígenas, mas de pessoas, homens e mulheres desejosos em realizar o ‘sonho americano’: ambicionam trabalhar para as empresas norte-americanas em troca de dólares norte-americanos.

O rechaço não é, pois, ‘ideológico’ ou metafórico. O muro México-EUA, feito de concreto, deserto, guardas, cães e cidadãos norte-americanos farejadores, não é uma imagem a dividir cosmovisões ou formas de vida. É um limite erigido de fato, amplo e contumaz, que objetiva repelir a alteridade. O mexicano, e também outros latinos, não são meramente ‘imagens do outro’ repudiadas pelos WASP (*White Anglo-Saxon and Protestant*) americanos, são realmente uma alteridade invasora que mobiliza diversos setores e interesses políticos e econômicos nos Estados Unidos. Há que se lidar com antígenos internos — afro-americanos e *chicanos* há muito estabelecidos — e com novos bárbaros que pressionam a fronteira. Sim, há fronteiras a defender e ‘outros’ a serem golfados pelo asco intransigente dos americanos temerosos e sempre ciosos de si.

II

Dos intoleráveis à moralidade ocidental, duas práticas emergem com destaque neste começo de século: terrorismo e narcotráfico, ‘flagelos da humanidade’. A vinculação entre tais atividades não é nova, e sua genealogia pode ser perscrutada, ao menos, retornando aos anos oitenta e ao discurso governamental norte-americano. Em 1986, o governo *republicano* de Ronald Reagan declara que o narcotráfico, entendido então como ‘império clandestino conspiratório contra a saúde e a moral estadunidense’, passara a ser tido como ameaça real à segurança nacional norte-americana. O significado desta afirmação, já então, não pareceria vago aos que nutrissem alguma familiaridade com a história das relações entre EUA e América Latina. Conceito fundamental do modo de organização política do Estado-Nação, a defesa da segurança nacional para os norte-americanos ultrapassa a idéia de resguardo de suas fronteiras e seu entorno para projetar-se sobre todo o continente americano. Para os EUA, potência regional e mundial, os acontecimentos distantes da ‘Pátria-Mãe’ são de vital interesse. Na lide da política externa, considerar algo uma ‘ameaça à segurança nacional’ significa o aval interno (político, midiático e social) para possíveis intervenções diplomáticas e militares nos ‘focos’ ou na ‘origem’ do problema. Neste momento, a terminologia classificatória ‘país produtor de droga/país consumidor de droga’, cunhada ainda no governo do *republicano* Richard Nixon, nos anos setenta, é de extrema eficácia. Um país seria, assim, responsabilizado pela produção do ‘mal’, enquanto outro, vitimizado pela afronta exógena, teria o direito de se defender atacando a ‘fonte’.

Diante do declínio do ‘perigo vermelho’ ao longo da década de oitenta, o ‘demônio branco’ da cocaína parecia assumir o espaço que aos poucos era desocupado pelos insurretos de esquerda que povoaram as preocupações

estadunidenses na década precedente e no começo daquele decênio em curso. Nesta transição de alvos, uma hibridização ocorreu. Na Colômbia, país localizado pelos EUA como ‘centro produtor’ primordial, as atividades das guerrilhas marxistas em longa luta pelo poder, passam a ser vinculadas pelo discurso governamental estadunidense ao tráfico de drogas. Grandes *capos da droga* agiriam em consonância com guerrilheiros, partilhando territórios, colheitas, armas, dólares. A ameaça tradicional da Guerra Fria — comunistas em armas — reaparecia, assim, relacionada ao novo oponente: o tráfico de drogas. Confeccionava-se a idéia de *narcoterror*. Termo que tem utilização ampliada quando, na passagem dos anos oitenta para os noventa, inúmeros atentados e seqüestros patrocinados por empresários ilegais da cocaína, como Pablo Escobar, visam juízes e figuras públicas com o objetivo de pressionar o governo colombiano a não aplicar a lei de extradição firmada com os EUA, na década de 1970.

Independente da aproximação proporcionada pelo discurso do narcoterror, conectando um perigo emergente a outro em dissolução (‘ideológica’, ao menos), o tráfico de drogas e o consumo de substâncias psicoativas ilegais, assumiam a ponta das preocupações do governo norte-americano. Preocupação em nada novidadeira, uma vez que a elaboração de marcos legais internacionais de cunho proibicionista deve em muito ao esforço diplomático estadunidense, desde meados da década de 1910. Os diversos acordos e convenções celebrados entre os Estados do globo que pretendiam coibir, em intensidade crescente, o comércio e o uso de drogas, foram fomentados, em grande parte, pela iniciativa das delegações norte-americanas que exportavam ao mundo, um modelo de repressão à ebriedade química calcado no pudico lastro das práticas sociais moralistas domésticas e que colocava em marcha um eficaz instrumento de rastreamento de

‘comportamentos desviantes’ levados à cabo por ‘indivíduos perigosos’, notadamente negros (‘cocainômanos agressivos’), mexicanos (‘indolentes usuários da maconha’), chineses (‘introdutores do ópio’), irlandeses e eslavos (‘bêbados inveterados’). O narcotráfico despontava, nos governos do *republicano* George Bush e do *democrata* Bill Clinton, como inimigo preferencial a ser combatido dentro de casa (no duplo sentido de ‘dentro do país’ e ‘dentro das famílias, escolas e comunidades locais’) e no além-fronteiras. Contudo, outro ‘anômalo’ despontava dividindo atenções: o terrorismo extremista islâmico.

Proveniente da vociferação contra o ‘Grande Satã’ de Khomeini, nos anos oitenta, o ativismo islâmico anti-americano não se revela tão-somente com o triplo atentado aos Estados Unidos em setembro de 2001. A laicização dos países islâmicos, tônica dos governos pós-coloniais na África e no Oriente Médio, cedia espaço para movimentos políticos de inspiração muçulmana ‘puritana’, desde ao menos os anos 1970. A Revolução Iraniana e o assassinato de Sadat são marcos deste crescimento. Os alvos deste islamismo de luta são constituídos nos interstícios de temas ancestrais traduzidos e reapresentados: Israel e os Estados Unidos são infiéis em terra santa, imperialistas em terra empobrecida.

Após o primeiro ataque ao World Trade Center, em 1993, a ameaça de ‘ataques extremistas’ é lançada para os norte-americanos como uma possibilidade concreta em tempos de guerra na Bósnia, no qual internacionalistas arriscavam prefigurar que os embates do futuro seriam entre culturas antagonistas. A crença na ‘guerra cirúrgica’ criada, fazia pouco pela intervenção no Iraque, se apresentava tolerável às sensibilidades ocidentais, tornando ainda mais impactante a possibilidade de uma ‘guerra suja’, na qual o inimigo não se exhibe com insígnias. O intuito do terror fundamentalista é causar destruição e mortes que não

são indiscriminadas: civis são o ‘povo (do) inimigo’. Ou, como testemunharam atônitos os estadunidenses com a explosão de Oklahoma, os cidadãos norte-americanos podem ser também inimigos. Inimigos que se multiplicam, sem rosto, mas com perfil: a produção de alvos trabalha com afinco para ‘localizar’ metas de ataque. As embaixadas americanas explodidas na África, em 1998, seguidas da incursão suicida contra um navio da marinha estadunidense no Golfo Pérsico são creditadas a um homem: Osama bin Laden, filho de uma família saudita bilionária. Considerado um homem abnegado por abrir mão de luxuosa vida para lutar contra os soviéticos no Afeganistão nos anos oitenta, o filho desgarrado do clã endinheirado, já contava com uma ordem de prisão editada pelo governo estadunidense antes de ser responsabilizado pelos eventos em Nova Iorque e Washington. Seu rosto já estampava uma mensagem de captura veiculada pelo *site* do FBI, versão tecnológica dos ‘Wanted’ dos caubóis de outrora.

Assistimos aos incontáveis *video-tapes* das torres gêmeas sucumbindo, como se a CNN passasse a exibir filmes-catástrofe. Mortos, não os vimos. Somente nomes, inclusive de latinos. *Ilegales*, mas inocentes vítimas. Os responsáveis estavam à mão, ainda que distantes, em galerias subterrâneas do sudoeste asiático. O contra-ataque dos EUA é montado sobre o susto em ser alvejado em casa e sobre a imprecisão legal de se combater um agressor sem pátria. O *republicano* George W. Bush, tece a reação identificando um Estado inimigo, condição fundamental para uma declaração de guerra que seguisse o direito internacional. Tal Estado era o Afeganistão, não seu povo, mas a ‘milícia’ (e não ‘governo’) que o controlava: o Taleban. Os radicais que forçam mulheres a andar de burca e que implodem budas milenares, cometem o crime insuportável de esconder Osama e sua organização terrorista, a *Al Qaeda*. A debilidade retórica de Bush Jr. é amparada pela argúcia do colega inglês, o trabalhista Tony Blair.

Dando a tônica do que significava o atentado e a força de sua reação, Blair destilou um discurso civilizatório de nova feição: em tempos de multiculturalismo e defesa dos direitos universais do Homem, os inimigos não podem ser os muçulmanos, mas sim, os radicais islâmicos que ‘distorcem a fé’ e, pior, renegam as universalidades inquestionáveis da paz na Terra: liberdade e democracia. Os terroristas são, assim, violadores do Ocidente; não mais o Ocidente geográfico, mas o Ocidente moral que se espalha por todos os rincões do mundo representado por ONGs, empresas, dólares voláteis, coca-colas, e novos países que se formam (ou lutam para se formar) ambicionando se tornar ‘Estados Modernos’. De fato, os muçulmanos não são os inimigos, já que todos têm direito a cultuar seu deus, desde que seja na intimidade. Os ‘alvos’ são, ao contrário, representantes de um ‘arcaísmo contra-histórico’, radicais do passado, antagonistas do futuro. São, em suma, a alteridade intolerável.

Alteridade moral que peca. Peca porque ataca o projeto de progresso desterritorializado (não mais ‘ocidental’), peca porque viola os direitos humanos, peca porque denigre Deus em sua violência, peca porque se financia, em parte, com dólares conseguidos em troca da preciosa heroína nascida dos campos de papoula do Afeganistão. Afrontas à moralidade ocidental, os alvos de hoje são compostos pela aliança entre a ‘corrupção do corpo e da alma’, representada pelos ‘venenos do tráfico’, e a destruição dos magnos valores da convivência fraternal entre povos democrática e universalmente conectados. Expelidos também devem ser, os párias da Humanidade.

III

Os grupos que traficam armas ou drogas, e as redes de terroristas que declaram guerra ao Ocidente são consórcios privados ilegais perfeitamente afeitos ao

mundo mediatizado e 'global'. Traficantes transitam com desenvoltura pela superfície e pelas entranhas do capitalismo, ao tempo em que não se pode negar o desembaraço com que 'extremistas' manejam seu capital especulativo e pilotam jatos comerciais. Nesta guerra de novo tipo, Estados perseguem inimigos fluidos, presentes lá e cá, sem pouso fixo, com mobilidade transnacional. 'Extremistas' parecem reivindicar uma utopia islâmica; traficantes anseiam pela manutenção da criminalização de suas atividades que maximiza infinitamente seus lucros. E a batalha contra o irrefreável se cristaliza como combate a todos. Todos os inconformes, dissonantes, refratários.

Uma onda de expurgos se anuncia nas medidas de exceção justificadas pela prevenção ao terrorismo. Cidadãos aflitos apóiam a suspensão de direitos civis em nome da segurança, exibindo, num lampejo hobbesiano, que a propriedade e a proteção à vida lhes são mais fundamentais que a 'liberdade'. Na varredura, as classes perigosas, sempre atualizadas e remodeladas, continuam a ser alvo do controle governamental e da ojeriza social. Intolerâncias catalizadas por Estados também consorciados em máquinas híbridas semi-privadas, ampliando os canais de circulação do capital pelos veios virtuais das bolsas de valores e pelas searas concretas dos muros prisionais e dos novos grilhões eletrônicos. Consorciada parece, também, ser a nova utopia de Estado, multi-étnico, pluralista, democrático: Estados-modernos convertidos em atualizado modelo supra-estatal. 'Supra', e não 'pós' estatal. Aliás, será possível falar em algo como 'pós-nacionalidade' quando vemos palestinos, bascos, israelenses, ex-iugoslavos, curdos, entre outros, lutarem pela construção ou consolidação do seu Estado, nos moldes modernos de "um território, uma cultura"? Será possível defender algo como uma 'sociedade civil pós-nacional' quando novos países independentes surgem, como Timor Lorosae, tutelados e confeccionados

pela ONU a partir de um receituário de Estado, que recomenda a forja de três poderes, a adoção de uma língua ou de línguas oficiais, a imposição de uma democracia representativa que jamais fez parte da organização política local, entre outras importações? Será possível sustentar que exista tal 'supra-nacionalidade' quando o paradigma desta construção 'pós-nacional' é a União Européia, modelo de Estado-nacional ampliado que instaura um 'parlamento supranacional', um 'direito comunitário', uma 'corte de justiça comunitária' e até mesmo 'forças armadas supranacionais'?

No multiculturalismo excludente desta utopia democrática de Estado, unidades de soberania clássica se interligam política e economicamente, constituindo agregações centralistas calcadas no modelo kantiano de um super-Estado pacificador, que nada mais é do que um novo alvéolo de soberania, onde um governo controla um território ampliado e sua população, sem importar se este Estado leva prefixos pretensamente inovadores ou se seus 'cidadãos' são constituídos por povos semelhantes irmanados no respeito mútuo a seus direitos transcendentais.

Nódulos avessos ao *outro*, os super-Estados do idílio democrático globalizado são territórios para que os 'próximos' se congreguem, erigindo barreiras ao trânsito indiscriminado do intolerável. Intoleráveis são mexicanos, contestadores anti-globalização, libertários, crianças transformadas em 'menores' e todo um rol de práticas constantemente repelidas, negadas, instauradas à margem, ainda que insuportavelmente imiscuídas, neste campo da moral universalizante que se forma.

resumo

Ensaio em três movimentos sobre muros antropológicos, substâncias ilegais, imigrantes ilegais e projetos de super-Estados.

abstract

Essay in three movements about anthropoemic walls, illegal substances, illegal immigrants and projects of super-states.